Revista do Conselho Federal de Economia | COFECON

Ano IV - Nº 11 - Agosto de 2013

ECONOMISTAS

COFECON
CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA

XX Congresso Brasileiro de Economia

Manaus está pronta para receber os economistas, que debaterão economia verde, desenvolvimento e mudanças econômicas globais

EXPEDIENTE

CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA
COFECON

SETOR COMERCIAL SUL,
QUADRA 02, BLOCO B, SALA 501
EDIFÍCIO PALÁCIO DO COMÉRCIO
70.318-900 - BRASÍLIA - DF
(61) 3208-1800

COFECON@COFECON.ORG.BR
WWW.COFECON.ORG.BR

COFECON
CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA

PRESIDENTE
Ermes Tadeu Zapelini

VICE-PRESIDENTE
Luiz Alberto de Souza Aranha Machado

CONSELHEIROS EFETIVOS
Antonio Eduardo Poletti
Antonio Melki Júnior
Celina Martins Ramalho
Eduardo José Monteiro da Costa
Erivaldo Lopes do Vale
Ermes Tadeu Zapelini
Fábio José Ferreira da Silva
Fabíola Andréa Leite de Paula
Francisco Assunção e Silva
José Luiz Amaral Machado
Júlio Alfredo Rosa Paschoal
Luiz Alberto de Souza Aranha Machado
Odisnei Antonio Bega
Paulo Dantas da Costa
Roberto Bocaccio Piscitelli
Róridan Penido Duarte
Sebastião Demuner
Wellington Leonardo da Silva

CONSELHEIROS SUPLENTES
Airton Soares Costa
Antonio Eduardo Nogueira
Carlos Alberto Safatle
Carlos Henrique Tibiriçá Miranda
Charles Schneider
Denivaldo Targino da Rocha
Dilma Ribeiro de Sousa Pinheiro
Edson Nogueira Fernandes Jr.
Edson Peterli Guimarães
José Emílio Zambom da Silva
Júlio Flávio Gameiro Miragaya
Lourival Batista de Oliveira Júnior
Marcelo Martinovich dos Santos
Nei Jorge Correia Cardim
Paulo Roberto Lucho
Paulo Salvatore Ponzini
Vicente Ferrer Augusto Gonçalves

COMITÊ EDITORIAL
Ermes Tadeu Zapelini
Luiz Alberto de Souza Aranha Machado
Odisnei Antonio Bega
Júlio Alfredo Rosa Paschoal
Antonio Eduardo Poleti
Celina Martins Ramalho
Róridan Penido Duarte
Paulo Dantas da Costa
Roberto Bocaccio Piscitelli
Carlos Roberto de Castro

COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO
Róridan Penido Duarte (Coordenador)
Luiz Alberto de Souza Aranha Machado
Wilson Benício Siqueira
Erivaldo Lopes do Vale
Wellington Leonardo da Silva
Eduardo José Monteiro da Costa
Fabíola Andréa Leite de Paula
Carlos Roberto de Castro

JORNALISTA
Manoel Castanho

PROJETO GRÁFICO E EDITORAÇÃO
Área Comunicação

TIRAGEM
10.000 exemplares

EDITORIAL

ERMES TADEU ZAPELINI

Presidente do Conselho Federal de Economia

REPENSANDO O DESENVOLVIMENTO

Consagrado como principal evento do Sistema Cofecon/Corecon, o Congresso Brasileiro de Economia, realizado a cada dois anos, reúne profissionais da área, empresários, autoridades, estudantes de economia e representantes dos principais segmentos da sociedade para debater temas fundamentais para o desenvolvimento sustentável do país, com o objetivo de apresentar análises, alternativas e perspectivas de solução para importantes questões que influenciam no bem-estar de toda a sociedade.

A entrega do Prêmio Brasil de Economia e a Gincana de Economia são eventos complementares que exaltarão a 20ª edição do Congresso que, com certeza, será um dos mais marcantes de nossa história.

Nesta edição o evento terá como tema central "Economia Verde, Desenvolvimento e Mudanças Econômicas Globais". Nada melhor do que realizar este debate em Manaus, capital do maior estado brasileiro, que possui a mais extensa área de floresta tropical preservada do país, a maior biodiversidade e a maior bacia hidrográfica do planeta. Manaus é uma metrópole que ostenta o 6º maior PIB das capitais, com cerca de dois milhões de habitantes, ancorada por seu polo industrial com mais de 500 indústrias.

Ao falarmos de economia verde, somos levados a refletir no futuro do planeta. É preciso repensar aqueles processos de produção e consumo que, como consequência, esgotam os recursos ambientais acima da capacidade de regeneração do planeta. Como economistas, devemos discutir e propor um modelo que concilie o bem-estar econômico, a inclusão social e a preservação dos recursos que, se por um lado nos são generosamente oferecidos pela natureza, por outro esta generosidade não é ilimitada.

A preservação da nossa exuberante natureza e a forma como lidamos com ela têm impacto direto na felicidade das gerações seguintes. Desejamos que deste Congresso possam surgir ideias que contribuam para o desenvolvimento econômico não só no presente como também no futuro.

OPINIÃO DO LEITOR

MÁRIO SÉRGIO FERNANDEZ SALLORENZO
BRASÍLIA - DF

Gostaria de encontrar na revista *Economistas* uma abordagem das questões atuais da economia com seriedade e leveza, para que não seja uma repetição do que se diz a respeito nem seja um manual acadêmico. Um espaço para discutir a economia e apresentar esta discussão para a sociedade.

Um assunto que vale a pena ser tratado são as recentes manifestações de rua, com um tratamento das possíveis causas econômicas, as demandas que se formaram e eventuais consequências deste processo que pressiona prefeitos, governadores e até a Presidência da República. Quando você compreende que a economia está imersa na sociedade e que é a sociedade que conforma a economia, há uma reação inevitável. Quando você trabalha com questões da economia, afeta diretamente grupos sociais.

Outro tema é o endividamento dos estados e municípios perante a União, agora existe uma demanda pela renegociação da dívida. A Auditoria Cidadã tem feito um trabalho muito bom sobre esta questão.

ANDREIA FERREIRA
CAMPO GRANDE - MS

A revista está muito bonita, gostei demais de ler. O *layout* é claro e a leitura é fácil e agradável. Li na internet, a navegabilidade é muito boa. A parte que mais gostei no último número foi a Opinião Econômica, com o artigo do Luciano d'Agostini. O texto é bom, com tudo muito bem explicado.

Mesmo um não economista que pegar a revista consegue ter boas informações sem perder a qualidade e felizmente esta é uma característica que a revista *Economistas* tem conseguido manter. Tanto o leigo quanto o economista conseguem acompanhar a revista sem problemas e ficam bem informados.

Uma coisa que senti falta foi de informações sobre o Projeto de Lei do Senado 658/07, que atualiza a Lei 1.411 que regulamentou nossa profissão. É o projeto mais importante que temos tramitando no Congresso Nacional e seria interessante que nós, os maiores interessados na matéria, pudéssemos acompanhar os encaminhamentos deste processo.

SUMÁRIO

06 **Entrevista** com o economista Renato Baumann

10 **Revisão da dívida** Renegociação das dívidas dos estados

12 **PDIAL** Corecons da Amazônia participam de elaboração de política industrial

15 **CBE** Congresso Brasileiro de Economia

19 **Entrevista** com Erivaldo Lopes do Vale

21 **Hélio Zylberstajn FEA/USP** Padrões de expansão do emprego nas regiões metropolitanas

26 **Guerra fiscal** Júlio Paschoal

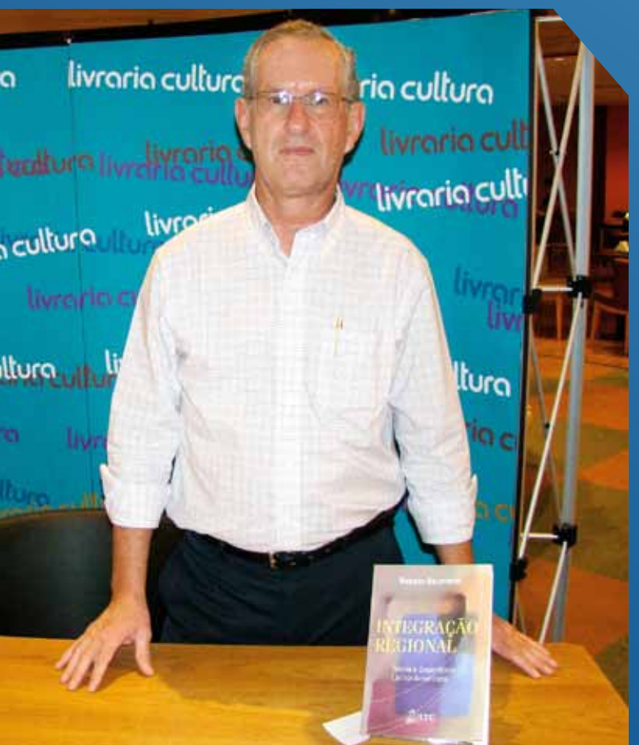
29 **Livros** Agosto de 2013

32 **Corecons** Relação dos Conselhos Regionais de Economia

ENTREVISTA

RENATO BAUMANN

Renato Baumann é graduado (1972) e mestre (1976) em Economia pela Universidade de Brasília e doutor (1982) pela Oxford University. Atuou entre 1995 e 2010 como diretor do escritório da Comissão Econômica para a América Latina (Cepal) no Brasil.
Baumann acumulou experiência nas áreas de relações de comércio e integração econômica. Sobre estes assuntos ele falou à revista *Economistas* na noite de 30 de julho, quando lançou em Brasília o livro "*Integração regional: teoria e experiência latino-americana*".



Economistas: O Brasil e outros países da América Latina possuem um passado colonial. De que maneira isso afetou o processo de integração, já que as relações eram muito mais próximas com a metrópole do que com os vizinhos?
Renato Baumann: Isso contribuiu para atrasar o processo. A aproximação da América hispanoparlante, se você olhar os diversos exercícios de integração, exceto o Mercosul, de um modo geral eles correspondem àquilo que eram os vice-reinados – o vice-reinado de Granada, o vice-reinado do Prata, etc. Há uma tendência natural a um reagrupamento. Isso foi verdade até recentemente, com os movimentos a criação da Alba e para a Aliança do Pacífico. Até então a grande novidade havia sido o Mercosul, que é uma aproximação da América lusoparlante com a América hispanoparlante. E esta tem sido uma decisão mais política do que qualquer outra coisa, pelo menos no seu início, porque os vínculos comerciais eram tênues, até por temas de desconhecimento e desconfiança de parte a parte. Foi preciso que dois presidentes, Sarney e Alfonsín, e uma conjuntura econômica muito especial levassem à promoção da Ata Brasil/Argentina, que é o início do processo de aproximação.

Economistas: Em 1991, quando teve o início formal, o comércio entre os países do Mercosul era de US$ 4,5 bilhões; 20 anos depois, saltou para mais de US$ 40 bilhões. Neste sentido, pode-se dizer que o Mercosul teve êxito?

RB: Certamente. Do ponto de vista do volume de transações, e aí não apenas comerciais, mas também de investimentos bilaterais em setores produtivos não financeiros, os indicadores do Mercosul são muito eloquentes. Dito isso, quando você compara a trajetória com outros exercícios de integração, tanto na América Latina quanto no mundo, deixa muito a desejar. O percentual de operações regionais sobre as transações formais é muito baixo. Nós hoje estamos na faixa de 20% de exportações regionais sobre exportações totais quando você tem a Ásia na faixa de 45%, a Europa acima de 2/3, Nafta acima de 40%. Portanto, é importante a trajetória na comparação com ele mesmo, mas o desempenho é fraco na comparação com os outros.

Economistas: O Brasil enfrenta problemas no Mercosul com o protecionismo argentino. De que maneira isto pode ser uma ameaça para o bloco?
RB: Certamente é uma ameaça, e grande, porque isso impede de consolidar as relações comerciais e de investimentos, isso dificulta a imagem externa do bloco e isso dificulta aquilo que, a meu ver, é o principal desafio para a América Latina de modo geral e para o Mercosul em particular, que é a concorrência de produtos, principalmente asiáticos mas também europeus, que são produzidos por um processo de complementaridade produtiva. Nós estamos fora das cadeias globais de valor e esta briga paralela, este conflito comercial constante entre os membros é um grande empecilho para consolidar uma estrutura produtiva compartilhada como as que deveríamos ter para aumentar a competitividade e poder competir com as outras regiões.

Economistas: Brasil e Argentina anunciaram em 2007 a eliminação do dólar nas transações bilaterais. De que maneira isso pode impactar no Mercosul? Existe a possibilidade de que o Mercosul venha a adotar uma moeda única?
RB: Moeda única eu acho algo muito distante. O fato de usar moedas nacionais é algo positivo porque reduz custos de transação, reduz margens de risco nas transações comerciais, mas até aqui o percentual de transações feitas em moedas nacionais entre os três países (o Brasil também tem acordo com o Uruguai) é muito baixo. É uma porta aberta e se houvesse um ambiente mais favorável aos negócios provavelmente teríamos mais transações feitas em moedas nacionais. É muito pouco provável que venhamos a ter uma moeda comum nas próximas décadas. As condições materiais não estão dadas. Mas as transações em moedas nacionais sim, são uma situação desejável.

Economistas: A crise do euro deixou muitos traumas?
RB: Ainda está deixando, porque não terminou a crise nem os traumas, em termos de menores demandas por importações, quanto de maiores barreiras protecionistas e também de impactos sobre a taxa de câmbio derivados da política monetária expansiva adotada tanto pela Europa e Estados Unidos como pelo Japão. Nós estamos nos ressentindo bastante disso, nossa taxa de câmbio está sendo afetada com impactos importantes sobre o mercado interno.

Economistas: Acerca dos acordos comerciais fora do bloco, o Mercosul tem acordos com Egito e Israel. O senhor considera isso pouco? Acha que esta situação pode engessar o Brasil?
RB: É ridiculamente baixo. O Mercosul tem um acordo entre os membros no sentido de que todas as negociações com terceiras partes têm que ser feitas em conjunto. É positivo no sentido de evitar negociações bilaterais como as tentadas entre Argentina e Estados Unidos, Uruguai e Estados Unidos, mas ao mesmo tempo engessa uma economia que poderia ter um número maior de acordos, como é a brasileira. Há um *trade off*, há custos e benefícios em ambas as possibilidades, mas é um dado de realidade e é muito difícil imaginar que possa ser revertida esta situação. O que tem que ser feito é estimular as transações regionais e sobretudo dar um norte a este processo regional; nós estamos negociando simplesmente pelo fato de que já vínhamos negociando. O custo de parar de negociar é muito alto, mas não existe uma direção de por que continuamos negociando. Acho que a concorrência asiática é uma questão em si e o exemplo deles em termos de maior complementaridade produtiva deveria ser seguido em nossos países.

Economistas: A Argentina está vivendo uma situação na qual se está controlando muito a saída de dólares. As importações lá estão restritas. De que forma isto afeta a unidade do bloco?

RB: Isso tira dinamismo, estimula a adoção de barreiras comerciais e cria um ambiente de desconfiança em relação a uma economia que já não tem acesso ao mercado internacional de capitais. Essas coisas todas se somam e levam a um cenário bastante adverso em termos de um processo de integração regional. Deveria ser reconsiderado, mas são decisões autônomas de um governo legítimo, democraticamente eleito. Há que se respeitar a soberania e eventualmente sinalizar algo que poderia ser diferente.

“O PRINCIPAL DESAFIO PARA A AMÉRICA LATINA E O MERCOSUL É A CONCORRÊNCIA DE PRODUTOS ASIÁTICOS E, TAMBÉM, EUROPEUS, PRODUZIDOS POR COMPLEMENTARIDADE PRODUTIVA”

Economistas: Como o senhor vê a questão da segurança jurídica para os investimentos na América Latina e no Mercosul?

RB: De um modo geral se avançou bastante, prova disso é que temos atraído investimentos de forma expressiva, no caso da economia brasileira, e há um volume de investimentos bilaterais entre Brasil, Argentina, Chile, Uruguai e Colômbia bastante intenso. As empresas translatinas se tornaram um fenômeno recente e razoavelmente expressivo. Isso mostra que o problema da insegurança jurídica não é uma limitante vital. Há situações que deveriam ser melhoradas. Estamos longe de um cenário adequado ou ideal, mas o ambiente é favorável a uma receptividade de investimentos externos.

Economistas: Como o senhor vê a questão da integração dos transportes?

RB: É uma questão crucial. Tanto na América Central quanto na América do Sul, falar sobre integração regional é falar de superação de barreiras. Transporte, comunicação, energia, nós temos seríssimos problemas. Toda a malha aérea, por exemplo, para você ir de Brasília a Quito, tem que dar uma volta. Para ir à América Central, tem que ir a Miami. São coisas que não resistem a dois minutos de crítica. O fato de que historicamente se tenha adotado aqui é uma limitante muito forte porque agrega custos e a malha disponível não é favorável ao processo de integração regional. Nós temos a iniciativa IIRSA, que começou em agosto de 2000 e mudou de nome para Cosiplan, mas entendo que os chamados corredores, boa parte dos projetos pensados estão ou no papel ou em fase de implementação. Ainda deixa muito a desejar toda a parte de infraestrutura em transporte, energia e comunicação.

Economistas: Que perspectiva o senhor vê para a Aliança do Pacífico? Para citar algumas medidas já anunciadas, há um visto comum para os países e a possibilidade de utilizar uma embaixada comum para todos eles.

RB: Do ponto de vista econômico o que se imagina é que este impacto, nos primeiros anos, não deve ser tão grande pela composição de comércio, porque eles já têm entre si um comércio praticamente livre e têm um comércio importante com os países do Mercosul, não é o mais importante, mas não deixa de ser relevante.

Economistas: Acrescentando um dado: em 2010 as exportações dos países da Aliança do Pacífico foram da ordem de US$ 445 bilhões, quase 60% a mais que os países do Mercosul no mesmo ano.

RB: Sem dúvida. São economias pujantes que têm uma relação muito intensa com a Bacia do Pacífico, os países da Ásia em particular, e têm uma trajetória favorável a negócios que difere profundamente da opção política do Mercosul. O Mercosul apregoa como uma grande vantagem o fato de ter uma opção política relevante. Neste sentido o impacto imediato não deve ser muito grande. A médio e longo prazo é, sim, preocupante, porque não apenas é uma porta de entrada para produtos asiáticos, como também do ponto de vista de uma Unasul, de uma integração mais ampla no âmbito sul-americano, a probabilidade de atração destas economias é cada vez menor, porque o alinhamento vai ser cada vez mais pró-mercado, pró-parceiros que não o Mercosul. A sinalização que o Mercosul tem dado desde o início, com os pactos todos assinados no âmbito da Aladi sinalizando para os demais membros aderirem ao Mercosul, tudo o que se conseguiu até aqui foi atrair alguns membros associados, quase que observadores. É muito pouco o grau de integração que se conseguiu. E como você mencionou, como acordos de preferência comercial com terceiros países, algo mínimo. Algo com Israel, com a Índia, com países do Golfo Pérsico, com o Japão, a negociação com a Europa já vai para o décimo quinto ano, certamente estamos perdendo grandes oportunidades.

Economistas: Que futuro o senhor vê para a integração da América Latina?

RB: A integração da América Latina tem que ser entendida com uma dupla dimensão. Geografia conta, então o que você pode esperar de uma complementaridade entre Brasil e México é limitado, é basicamente preferências comerciais e impacto do comércio no volume de transações. É distinto de pensar na relação de países vizinhos. Aí você pode e deve ser mais ambicioso. Pensar em complementaridade produtiva, tarifa externa comum, posições negociadoras comuns no cenário internacional, etc. Falar de integração da América Latina *latu sensu* é falar de uma coisa que necessariamente é diferenciada. Do ponto de vista de preferências comerciais é possível que a gente avance um pouco mais. O grande temor é que não se avance onde deveria para promover a competitividade, que é na complementaridade produtiva. Aí nós estamos a anos-luz de distância do leste asiático.

ACONTECE NO COFECON

CONSELHO PARTICIPA DE ATO PELA REVISÃO DAS DÍVIDAS DOS ESTADOS

O Conselho Federal de Economia participou, no dia 15 de maio, de um ato público pela renegociação das dívidas dos estados com a União. O evento realizou-se na sede da Ordem dos Advogados do Brasil e contou com a presença dos senadores Aécio Neves (PSDB/MG) e Ana Amélia Lemos (PP/RS). Ao todo, 120 entidades manifestaram apoio ao movimento.

Aécio, que é economista, falou sobre os períodos de concentração e desconcentração administrativa na história do Brasil, colocando o período atual no primeiro caso. E fez uma crítica quanto à dívida: "As empresas privadas vão ao BNDES e conseguem condições mais favoráveis do que os estados e municípios, que não têm função de gerar lucro".

Ana Amélia destacou que seu estado compromete mais de 13% da receita com o pagamento da dívida e discutiu a questão do ICMS: "Temos uma situação de guerra fiscal que vai piorar ainda mais o que nós já temos se for mantido aquilo que vem sendo aprovado".

Maria Lúcia Fattorelli Carneiro, coordenadora da Auditoria Cidadã da Dívida, afirmou que a dívida pública recebe 44% dos recursos da União. "O que nós questionamos é: que dívida é essa? O cidadão é chamado a pagar e paga. Mas estes dados ainda são uma caixa preta. E o que mais choca é a falta de contrapartida real para esta dívida".

O conselheiro federal Roberto Piscitelli, representante do Cofecon no evento, mostrou que a origem de muitos problemas entre os estados e a União está em políticas econômicas nacionais. "Eles são precisamente consequências das políticas econômicas nacionais, da política monetária, das extorsivas taxas de juros continuadamente praticadas".

Piscitelli discutiu três questões específicas: o indexador da dívida, defendendo a utilização da Taxa de Juros de Longo Prazo e nada mais; o nível de comprometimento da renda dos estados, afirmando que atualmente até o custeio é comprometido; e o prazo de pagamento, argumentando que não seja aceita nenhuma dilatação. "Uma vez atingido o prazo originalmente previsto da dívida, as dívidas têm que ser consideradas quitadas. Não podemos deixar que elas se tornem dívidas eternas".

TRAMITAÇÃO NA CÂMARA

Desde janeiro tramita na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei Complementar 238/2013, de autoria do Executivo que entre outras providências, define novos critérios para a renegociação das dívidas dos estados com a União. De acordo com a Exposição de Motivos 265/2012, dirigida pelo ministro da Fazenda, Guido Mantega, à presidente da República, Dilma Roussef, "em 2011, a taxa Selic foi de 9,78%, enquanto a atualização monetária acrescida de juros dos contratos com Estados e Municípios variou entre 17,98% e 21,32%. Essa discrepância tem acarretado dificuldades para que os referidos entes federativos cumpram seus compromissos financeiros, econômicos e sociais".

Na Comissão de Tributação e Finanças foi designado relator o deputado Eduardo Cunha, líder do PMDB na Câmara. Ele inseriu uma emenda que permite o desconto de até 45% da dívida acumulada. Posteriormente, líderes de vários partidos – sendo Cunha um deles – levaram ao plenário da Câmara um requerimento para que o projeto tramitasse em regime de urgência. Votado no dia 10 de julho, o requerimento foi aprovado por 332 votos contra 4. O projeto foi recebido no dia 17 de julho pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sendo esta sua última movimentação até o fechamento desta edição.

MANIFESTO PELA REVISÃO DA DÍVIDA DOS ESTADOS COM A UNIÃO

"A participação da sociedade na discussão de temas que, embora da alçada de decisão das autoridades constituídas, têm grande impacto na economia de modo geral, e particularmente nas condições de vida da população, constitui uma premissa dos regimes democráticos.

É dentro dessa visão que as entidades representativas dos economistas, que este subscrevem, decidiram apoiar o Ato Público convocado para colocar em debate as condições que nortearam a renegociação das dividas de Estados e Municípios com a União, nos anos 90, e suas implicações econômicas, políticas e sociais, que se projetam até nossos dias.

O movimento visa conscientizar a sociedade sobre a importância da revisão das cláusulas leoninas dos respec-

tivos contratos de refinanciamento, em vigor há quinze anos, que provocam o estrangulamento financeiro das grandes cidades do País e da maioria dos entes federativos, comprometendo irremediavelmente a capacidade de investimentos públicos em áreas essenciais, além de fragilizar os laços federativos.

Num período em que o Governo Federal se mostra extremamente generoso na redução dos encargos cobrados nos financiamentos federais ao setor produtivo, em particular para os grandes empreendimentos privatizados nas áreas de energia e transporte, manifesta-se incompreensível a resistência à revisão das condições do refinanciamento a Estados e Municípios.

“A DÍVIDA DE ESTADOS E MUNICÍPIOS TEVE ORIGEM NOS ÔNUS DECORRENTES DA POLÍTICA MONETÁRIA RESTRITIVA E SUFOCANTE DE 1994/95”

É oportuno ressaltar que a dívida de Estados e Municípios não pode ser explicada como fruto de inépcia administrativa generalizada. Grande parte dos encargos assumidos por Estados e Municípios, na renegociação da divida, teve como origem os ônus decorrentes da política monetária restritiva e sufocante de 1994/95. Deste modo, medidas destinadas à sustentação, por todos estes anos, do programa de estabilização que assegurou o sucesso do Plano Real provocaram, paralelamente, grande elevação nos juros que se incorporou à rolagem das dívidas do Setor Público.

Também não se pode deixar de enfatizar, quando se propugna pela revisão do indexador e das taxas de juros das dívidas refinanciadas pela União, que parcela considerável dessas dívidas se explica pela obrigação imposta aos entes federativos, pelo Governo Federal, de os Estados assumirem compromissos questionáveis com a privatização dos bancos estaduais, tanto para capitalizá-los, como para cobrir empréstimos bancários vencidos e não pagos.

Mas não basta rever as condições de atualização dos saldos devedores e dos encargos incidentes sobre os mesmos. É absolutamente necessário reduzir o nível de comprometimento da receita líquida real, que chega a atingir 15%, anulando qualquer pretensão de promover investimentos e até mesmo de melhorar a composição dos gastos correntes.

Por fim, impõe-se a fixação de um termo final para a quitação dos contratos, que, além dos quinze anos remanescentes de vigência, podem ser prorrogados por mais dez anos, o que inevitavelmente vai atingir sobretudo os maiores devedores, cujos saldos foram avolumando-se em razão de as prestações formalmente devidas ultrapassarem o teto mensal de 15% da receita líquida real, transformando as dívidas em verdadeiras bolas de neve, praticamente impagáveis.

Esta é, sem nenhuma dúvida, uma questão de todos nós. A indissolubilidade da Federação é cláusula pétrea da Constituição brasileira. A renegociação da dívida, que representa um verdadeiro pacto colonial, é essencial e urgente para permitir aos entes federativos que recuperem a sua autonomia e a capacidade de prover os serviços indispensáveis e os padrões mínimos capazes de assegurar o bem-estar e a qualidade de vida das nossas populações”.

Brasília, 15 de maio de 2013.

ERMES TADEU ZAPELINI
Presidente do Conselho Federal de Economia

JUAREZ TREVISAN
Presidente da Federação Nacional dos Economistas

ACONTECE NOS CORECONS

CORECONS DA AMAZÔNIA PARTICIPAM DE ELABORAÇÃO DE POLÍTICA INDUSTRIAL

No dia 18 de junho os Conselhos Regionais de Economia da Amazônia Legal deram uma importante contribuição para o desenvolvimento industrial da região. Eles foram ouvidos pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) numa oficina realizada em Belém para discutir o assunto. O encontro durou dois dias (com participantes diferentes em cada dia) e também reuniu representantes da indústria, dos governos estaduais, da Zona Franca de Manaus e do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), além de membros da equipe técnica da Sudam.

Dois Corecons participaram da oficina de forma presencial: o do Pará (9ª Região), com o presidente Rosivaldo Batista, o vice-presidente Nélio Bordalo, o conselheiro federal Eduardo Costa e o economista Raul Sarmento; e o do Amazonas (13ª Região), com o presidente Marcus Evangelista. Mesmo aqueles Conselhos Regionais que não puderam marcar presença foram ouvidos: a Sudam enviou uma matriz de análise para que cada Corecon pudesse apresentar a visão de seu estado, os pontos fortes e fracos da indústria e as contribuições para a construção de uma política de desenvolvimento industrial.

Os economistas Marcus Evangelista e Nélio Bordalo fizeram explanações acerca dos setores produtivos consolidados e potenciais de seus estados, os gargalos que dificultam o desenvolvimento da atividade industrial na Amazônia e as ações estruturantes necessárias. Já o economista Eduardo Costa, que tem atuado como coordenador da Política de Desenvolvimento Industrial da Amazônia Legal (PDIAL), realizou uma palestra sobre o assunto.

A PDIAL

Tudo começou com o lançamento do Plano Brasil Maior pela presidente Dilma Rousseff, no dia 2 de agosto de 2011, para estimular a indústria brasileira. Na ocasião, Dilma afirmou que o programa era “uma cruzada em favor da indústria nacional”.

A fim de regionalizar as metas do Plano de acordo com as características da Amazônia, surgiu no ano seguinte a proposta da PDIAL, que vem sendo elaborada pela Sudam e tem previsão de ficar pronta em setembro. Além dos sete estados da Região Norte, fazem parte da Amazônia Legal, o Mato Grosso e também o Maranhão.

A proposta tem como foco a agregação de valor e a verticalização da matéria-prima regional. De acordo com a Sudam, o estudo preliminar baseia-se em quatro prioridades: criar e fortalecer competências críticas da economia regional; aumentar o adensamento produtivo e tecnológico das cadeias de valor; ampliar os mercados interno e externo, verticalizando a produção das empresas regionais; e garantir um crescimento socialmente inclusivo e ambientalmente sustentável.

"A Sudam colocou o sistema Cofecon/Corecon como elemento estratégico para a elaboração da PDIAL", afirmou Eduardo Costa, que atua como coordenador do estudo. Ele destaca a participação positiva dos Corecons: "Foi enviada uma matriz de análise para todos os conselhos da Amazônia e eles responderam, enviaram suas sugestões e fizeram o levantamento dos principais problemas que atrapalham o desenvolvimento industrial da região".

A OFICINA

Nos dias 18 e 19 de junho a Sudam realizou a já mencionada oficina em Belém, tendo no primeiro dia a participação dos Corecons, dos secretários estaduais de indústria e comércio e da Superintendência da Zona Franca de Manaus. Depois que o economista e superintendente da Sudam Djalma Mello abriu os trabalhos, foi apresentada a matriz analítica entregue pelos Conselhos Regionais de Economia.

O presidente do Corecon-AM, Marcus Evangelista, informou que no Amazonas a indústria tem buscado maior investimento em tecnologia da informação como forma de aperfeiçoar outras cadeias produtivas.

Nélio Bordalo, vice-presidente do Corecon-PA, destacou em sua fala as áreas que precisam de mais investimentos ou ações, como logística de transporte e armazenagem, melhoria na qualidade do ensino básico, qualificação de mão de obra e assistência técnica.

Para a maioria dos presentes, os principais entraves à atividade industrial na região são a falta de infraestrutura, de transporte de produtos e mercadorias e a carência de mão de obra especializada. Além disso, cada estado tem suas próprias especificidades e tendências econômicas.

O presidente da Federação das Indústrias do Estado do Pará, José do Egito, apontou que a região tem problemas de dinamismo social, além de carência de comunicação, transporte e estratégia competitiva. O secretário de indústria, comércio e mineração do Pará, Davi Leal, indicou a falta de atração de fornecedores às indústrias. E o secretário de indústria e comércio de Mato Grosso, Márcio Mesquita, mencionou que a maioria das indústrias não tem segurança na hora de transportar seus produtos devido à má qualidade das estradas, à escassez de hidrovias e portos e ao pouco uso de ferrovias.

Para o coordenador do Grupo de Trabalho da Política Industrial, Rinaldo Moraes, todas as contribuições apresentadas na oficina serão consideradas na versão final do estudo. A previsão é de concluí-lo em setembro e levar um documento final à presidente Dilma Rousseff, apontando ainda medidas institucionais a serem tomadas no curto e médio prazos.

CBE CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA

MAIS DE MIL PARTICIPANTES ENTRE ECONOMISTAS, EMPRESÁRIOS, PROFESSORES, ESTUDANTES E AUTORIDADES ESTARÃO PRESENTES AO EVENTO QUE TERÁ COMO TEMA "ECONOMIA VERDE, DESENVOLVIMENTO E MUDANÇAS ECONÔMICAS GLOBAIS".

Foram muitos meses de preparativos. Reuniões de trabalho, discussões de temas, sugestões de palestrantes, escolhas de lugares, levantamentos de custos, verificação de instalações, listagem de atividades dentro e fora da programação, propostas de patrocínios, contatos com fornecedores, elaboração de materiais de divulgação, distribuição destes materiais, gravações de vídeos com convites, discussões para reduzir custos, recebimento e seleção de trabalhos científicos, preparativos para receber palestrantes brasileiros e estrangeiros, além dos próprios participantes do evento, ufa! O Congresso Brasileiro de Economia (CBE) está chegando e Manaus está pronta para receber os cerca de mil participantes esperados. Serão economistas, empresários, professores, estudantes, autoridades e participantes em geral.

Não foi fácil. O Corecon-AM e a Comissão Organizadora enfrentaram diversas dificuldades que variaram desde o custo das passagens aéreas para os participantes até a escolha dos palestrantes, passando pelos eixos temáticos e pela logística do evento.

Tudo começou em 2009, quando o CBE foi realizado em São Paulo. O Conselho Regional de Economia do Amazonas decidiu lançar candidatura para receber a edição seguinte do evento. A intenção era avaliar se o nome de Manaus seria bem recebido na plenária final, quando os economistas elegem a sede do próximo Congresso. "Nós planejávamos fazer uma consulta à plenária e dependendo de como fôssemos recebidos, nós poderíamos nos programar para sediar o CBE em 2013", afirmou o economista Erivaldo Lopes do Vale, então presidente do Corecon-AM. A ideia era aproveitar as melhorias que a cidade de Manaus receberia por ser uma das sedes da Copa do Mundo de 2014. Por isso, a visão do Corecon-AM estava na edição de 2013 e não na de 2011 e o Regional abriu mão da candidatura em favor do Corecon-MS, que propôs como sede a cidade de Bonito, onde realizou-se o Congresso seguinte. Ali o Corecon-AM apresentou novamente a candidatura para receber o CBE 2013, concorrendo com Belo Horizonte. Em respeito ao gesto de dois anos antes, desta vez os mineiros abriram mão de sua candidatura e Manaus foi escolhida como sede.

Mas este foi apenas o ponto de partida dos trabalhos. A partir daí uma série de desafios se apresentou para os organizadores. O primeiro deles foi definir a questão temática. "Fizemos uma consulta eletrônica e desta maneira foi definido o tema, que será Economia Verde, Desenvolvimento e Mudanças Econômicas Globais", explicou Erivaldo. "A escolha do tema demonstra o compromisso dos economistas com a busca de soluções que proporcionem desenvolvimento econômico aliado à preservação do meio ambiente". A partir daí foram definidos os eixos temáticos. São oito ao todo, sendo quatro deles apresentados de forma paralela no dia 05 de setembro e os outros quatro no dia seguinte. E a Comissão Organizadora buscou, em cada um dos eixos, os melhores palestrantes possíveis.

A escolha do local também foi um grande desafio para os organizadores, que optaram pelo hotel Tropical Manaus, a 10 quilômetros do aeroporto Eduardo Gomes e 16 quilômetros do centro da cidade, ao lado do Rio Negro e da Floresta Amazônica. Ele dispõe de centro de convenções com toda a estrutura necessária para o Congresso e de uma quantidade de atividades que proporcionam lazer sem precisar deslocar-se do local do evento.

Outra questão surgida foi o custo do deslocamento para Manaus, uma metrópole afastada dos demais grandes centros do país. O trabalho junto à operadora de viagens CVC foi intenso a fim de conseguir os melhores preços de passagens aéreas para os participantes do CBE.

A produção dos materiais de divulgação foi um dos trabalhos que mais satisfação causou a Erivaldo. "A empresa que produziu o vídeo fez um excelente trabalho, nós ficamos envaidecidos", afirma o economista, que desde o ano passado tem viajado para divulgar o CBE.

Além das palestras e da apresentação de trabalhos científicos, o evento também contará com a entrega do Prêmio Brasil de Economia. Além disso, estudantes de diversos estados competirão entre si na III Gincana Nacional de Economia, um jogo eletrônico que testa conhecimentos de economia por meio de simulações de cenários de curto prazo.

As inscrições foram abertas em abril e aquelas feitas com antecedência ganharam gratuitamente um convite para o jantar de encerramento, que acontecerá na orla da piscina Vitória Régia na sexta-feira, 06 de setembro. A expectativa dos organizadores é receber cerca de mil participantes.

Depois de tantos preparativos, a data está próxima e Manaus está pronta para receber você e os demais participantes do XX Congresso Brasileiro de Economia, que tem tudo para ser inesquecível – tanto como evento quanto como encontro de grandes pensadores da economia brasileira e mundial.

CONHEÇA OS CONFERENCISTAS DO XX CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA

ALVARO DÍAZ

Trabalha como economista da Cepal/ONU (Comissão Econômica para América Latina e Caribe) Caribe), é Doutor em Economia pela Universidade de Campinas (Unicamp), foi sub-secretario de Economia (2000-2005) no Chile.

ANTÔNIO CORRÊA DE LACERDA

Doutor em Economia pelo Instituto de Economia da UNICAMP, mestre em Economia Política e Economista pela PUC-SP, onde é professor-doutor do Departamento de Economia e do Programa de Estudos Pós-graduados em Economia Política.

DAN BILLER

Economista-chefe do Departamento de Desenvolvimento Sustentável para a Região da Ásia do Sul do Banco Mundial (Afeganistão, Paquistão, Índia, Nepal, Bangladesh, Butão, Sri Lanka e Maldivas). Foi economista principal do Departamento de Desenvolvimento Sustentável para a Região do Leste Asiático e Pacífico, com foco em meio ambiente e recursos naturais, transformação rural urbana, infraestrutura, câmbio climático e questões de desenvolvimento social e ambiental.

ERNESTO LOZARDO

Administrador de empresas e economista, exerce a função de assessor da presidência do BNDES. Formou-se em Administração na New York University, onde se graduou com honra e obteve o mestrado – MBA.

FÁBIO CARLOS DA SILVA

Mestre em Planejamento do Desenvolvimento pela Universidade Federal do Pará (1982) e doutor em História Econômica pela Universidade de São Paulo (1997). Foi coordenador de pesquisas socioeconômicas na Codeama, em Manaus, de 1982 a 1985.

GESNER OLIVEIRA

É professor de Economia da Fundação Getúlio Vargas São Paulo desde 1990. Doutor pela Universidade da Califórnia (Berkeley), mestre pela Universidade de Campinas e bacharel pela Universidade de São Paulo.

HELMUT HABERL

Professor associado no Instituto de Ecologia Social da Universidade de Viena, onde trabalha com aspectos teóricos e empíricos da relação sociedade-natureza e desenvolvimento sustentável, é membro do Working Group III (Mitigation).

IGNACY SACHS

Economista polonês naturalizado francês. Também é referido como ecossocioeconomista, por sua concepção de desenvolvimento como uma combinação de crescimento econômico, aumento igualitário do bem-estar social e preservação ambiental.

INGO PLOGER

Brasileiro, nascido em 1949, na capital de São Paulo. Concluiu o curso científico no Colégio Visconde de Porto Seguro. Engenheiro mecânico formado pela Universidade Tecnológica de Darmstadt - Alemanha, pós-graduado em Ciências Econômicas.

JAMES KAHN

Formado em Economia pela Washington and Lee University, em 1975, mestrado (1978) e doutorado (1981) em economia pela Universidade de Maryland em College Park.

JORGE VIANNA MONTEIRO

Economista, atua na Monteiro e Monteiro Consultoria Econômica Ltda e no programa acadêmico do Cipad, na FGV, tendo sido professor do Departamento de Economia, PUC-Rio (agosto de 1969-dezembro de 2011).

LADISLAU DOWBOR

Doutor em Ciências Econômicas pela Escola Central de Planejamento e Estatística de Varsóvia, professor titular da PUC de São Paulo e consultor de diversas agências das Nações Unidas.

LÍDIA GOLDENSTEIN

Formada pela Universidade de São Paulo e doutora pela Universidade de Campinas. Foi analista do Seade, pesquisadora do Cebrap e comentarista de vários programas de TV. Exerceu o cargo de assessora econômica da Secretaria de Economia e Planejamento do RJ.

MARCOS FORMIGA

Graduado e pós-graduado em Economia (UFPe) e em Políticas de Ciência e Tecnologia (Universidade de Londres). Atua há quase três décadas em áreas de economia regional e educação internacional, C&T e educação aberta e a distância.

PAULO SANDRONI

Paulo Sandroni (São Paulo, 1939) é um Economista brasileiro graduado pela FEA-USP em 1964, mestre em Economia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Entre 1965 e 1969, foi professor da Faculdade de Economia da PUC-SP.

RENATO BAUMANN

Graduado em Economia pela Universidade de Brasília (1972), mestre em Economia pela Universidade de Brasília (1976) e doutor em Economia pela University of Oxford (1982).

RENATO MEIRELLES

Comunicólogo com MBA em gestão de negócios, é membro da comissão que estuda a nova classe média na Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República.

RICARDO MONTES DE MORAES

Gerente de Modelos e Métodos na Coordenação de Contas Nacionais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Formado em Comunicação e em Economia, é mestre em Economia pelo IBMEC-RJ.

SÉRGIO ABRANCHES

PhD, sociólogo, cientista político é analista político. Escreve sobre Ecopolítica. É comentarista da rádio CBN, onde mantém o boletim diário Ecopolítica, colaborador permanente do blog The Great Energy Challenge, uma parceria entre o Planet Forward e a National Geographic.

SIMARA GRECO

Representa o Brasil na Association of GEM National Teams (AGNT). Sua experiência se concentra nas áreas de gerenciamento, planejamento e pesquisa, atuando principalmente em: gestão empresarial e empreendedorismo.

VERA RITA DE MELLO FERREIRA

Doutora em Psicologia Social (PUC-SP), professora da Fipecafi e autora dos primeiros livros de Psicologia Econômica no Brasil; consultora junto à Enef (Estratégia Nacional de Educação Financeira) e outras organizações, representante no Brasil da Iarep (International Association for Research in Economic Psychology).

WILSON CANO

Economista – PUC-SP (1962), doutor (1975), livre-docente (1981), professor adjunto (1984), professor titular (1986) pela Unicamp, professor titular de "Elaboração e Avaliação de Projetos" nos cursos da Cepal, entre 1966 e 1980, no Brasil e em vários países.

WILSON CANO

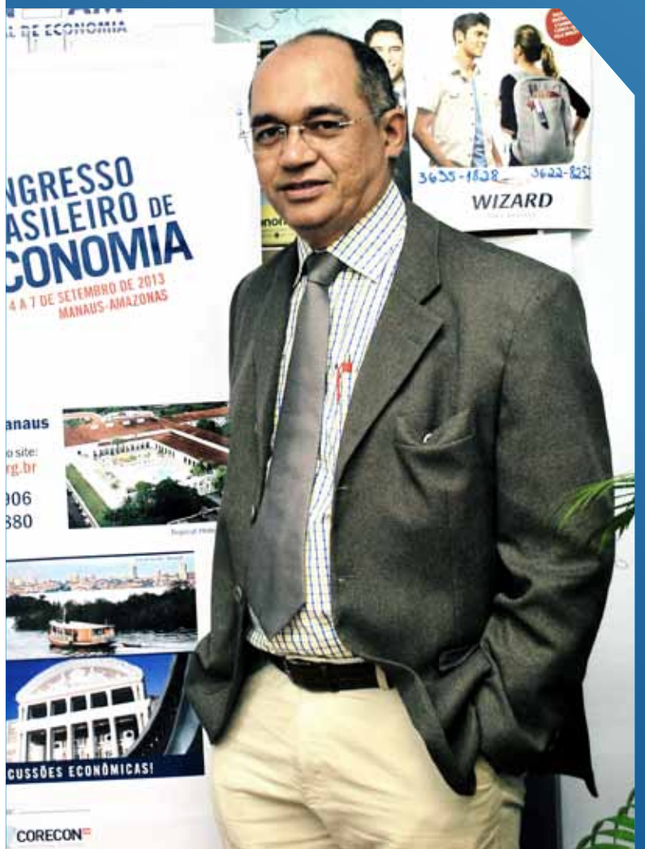
IGNACY SACHS

ERIVALDO LOPES DO VALE

O economista Erivaldo Lopes do Vale é o principal responsável por levar o Congresso Brasileiro de Economia a Manaus – é a primeira vez que a capital amazonense recebe o evento. Ele era o presidente do Corecon-AM quando o Regional apresentou sua candidatura em 2009; reeleito no cargo, também foi ele quem, dois anos depois, propôs Manaus como sede do CBE de 2013. Erivaldo falou à revista *Economistas* sobre a proposta de sediar o evento, as dificuldades e o que ele espera como pontos altos do Congresso.

Economistas: Quando surgiu a ideia de sediar o Congresso Brasileiro de Economia? Já no Congresso de 2009 o Corecon-AM havia apresentado sua candidatura.
Erivaldo Lopes do Vale: O lançamento da candidatura em 2009 partiu da ideia de nos manifestarmos. Naquela ocasião, em São Paulo, nós já planejamos fazer uma consulta à plenária [de economistas, que decide a sede do encontro seguinte] e dependendo de como fôssemos recebidos, poderíamos nos programar para sediar o Congresso em 2013. Também tem a ver com a preparação que Manaus estaria ganhando por ser uma das cidades-sede da Copa do Mundo; em 2011 ela ainda não estaria preparada, mas em 2013 já contaria com melhorias no aeroporto, na rede hoteleira, na infraestrutura. Esta situação nos levou a projetar uma candidatura para 2011, mas nosso intuito sempre foi sediar o Congresso Brasileiro de Economia em 2013.

Economistas: Qual você espera que seja o ponto alto do Congresso?
ELV: No geral, a discussão temática na parte científica, a partir da abertura com a palestra magna do Dr. Ignacy Sachs. Isso será extremamente marcante e relevante. Os palestrantes, tanto os nacionais quanto os internacionais, são de altíssimo nível. Eu, particularmente, aguardo com muita expectativa o debate acerca da economia regional entre o Dr. Wilson Cano e o Dr. Tomás Nogueira, que é o Superintendente da Zona Franca de Manaus. Eles têm visões diferentes, o que pode provocar um embate muito interessante do ponto de vista científico, pela questão da Zona Franca, as especificidades regionais e a questão industrial do país. Outro ponto alto será a programação científica do evento. Recebemos mais de



70 artigos concorrendo à apresentação no Congresso, o que acrescentou em qualidade e nos deu uma variedade de opções a fim de selecionar os melhores.

Economistas: Quais foram as principais dificuldades que surgiram durante a organização do Congresso?
ELV: Uma dificuldade muito grande foi com relação à adequação de valores de hospedagem, para que fossem acessíveis a todos os participantes, desde os estudantes os economistas até o público em geral. Manaus é uma cidade distante dos grandes centros, então não é sempre que você consegue preços baixos de passagens aéreas. Esta foi uma questão muito discutida com a empresa responsável, para que nos proporcionasse as melhores condições. É desafiador você despertar interesse em pessoas de fora de Manaus por causa do custo e da distância, entre outros fatores.

Economistas: E o que deixou você mais realizado neste trabalho de organização?
ELV: Não sei dizer neste momento o que me deixou mais realizado. Acredito que só poderei falar disso depois do Congresso. A confiança que foi depositada em nós, a expectativa dos envolvidos, a questão de trabalhar com muitas pessoas de alto nível profissional, tudo isso me deixou satisfeito. A própria empresa que produziu o nosso vídeo fez um excelente trabalho, isso nos deixou envaidecidos. Ainda é cedo para falar, mas a parte científica, a agremiação de palestrantes que estarão aqui, tudo isso nos deixará muito satisfeitos.

OPINIÃO ECONÔMICA

PADRÕES DE EXPANSÃO DO EMPREGO NAS REGIÕES METROPOLITANAS

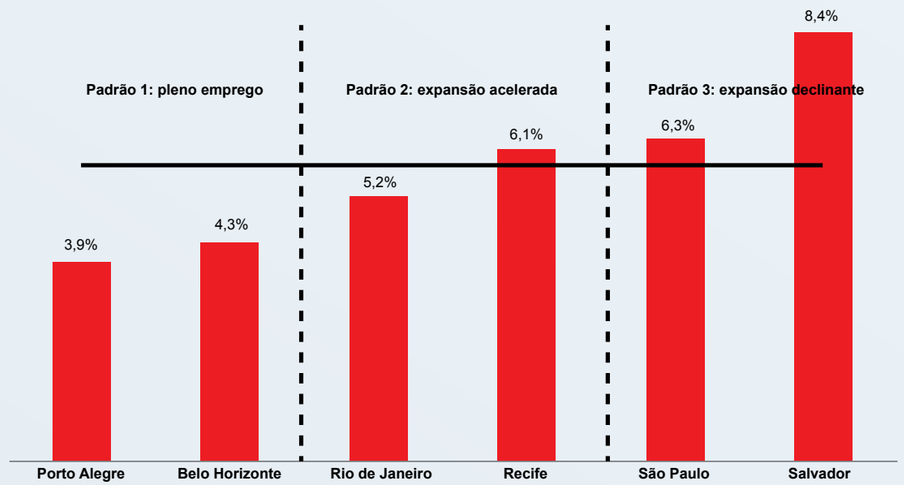
HÉLIO ZYLBERSTAJN – FEA/USP

Livre-Docente pela Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo. Possui Doutorado em Relações Industriais pela Universidade de Wisconsin. É presidente e um dos fundadores da Associação Instituto Brasileiro de Relações de Emprego e Trabalho (Ibret), e também faz parte de Conselhos da Fecomércio e da Fiesp.

O comportamento do mercado de trabalho tem desafiado os analistas, que precisam encontrar explicações para diversas tendências que têm emergido. A principal talvez seja a ocorrência simultânea do "pibinho" e do "emprego". Como conciliar o excelente desempenho do emprego com as decepcionantes taxas de crescimento do PIB? As explicações têm convergido para a ideia de que nossa economia se tornou mais intensiva em mão de obra. De acordo com esta interpretação dos fatos, a expansão do emprego tem se dado em setores que demandam mais trabalho e são menos produtivos que a indústria, por exemplo. Consequentemente, a produtividade geral do trabalho estagnou. Para o mesmo nível de produto, estamos usando mais mão de obra. É uma constatação preocupante, evidentemente, porque implica reconhecer que perdemos o dinamismo na criação de valor adicionado.

Outra tendência – talvez menos reconhecida – é a diferença nos padrões do crescimento do emprego entre as diversas regiões do país. As diferenças se expressam não apenas nas taxas de desemprego, mas também na evolução das mesmas. A PME (Pesquisa Mensal de Emprego do IBGE) mostra que a taxa de desemprego do conjunto das seis principais regiões metropolitanas do país foi de 5,8% no último mês de maio. Esta foi a média das seis regiões e em torno dela o desemprego variou bastante: de 3,9% em Porto Alegre a 8,4% em Salvador. Portanto, temos no país pleno emprego convivendo com desemprego elevado (Gráfico 1).

GRÁFICO 1 – TAXAS DE DESEMPREGO – REGIÕES METROPOLITANAS – MAIO 2013

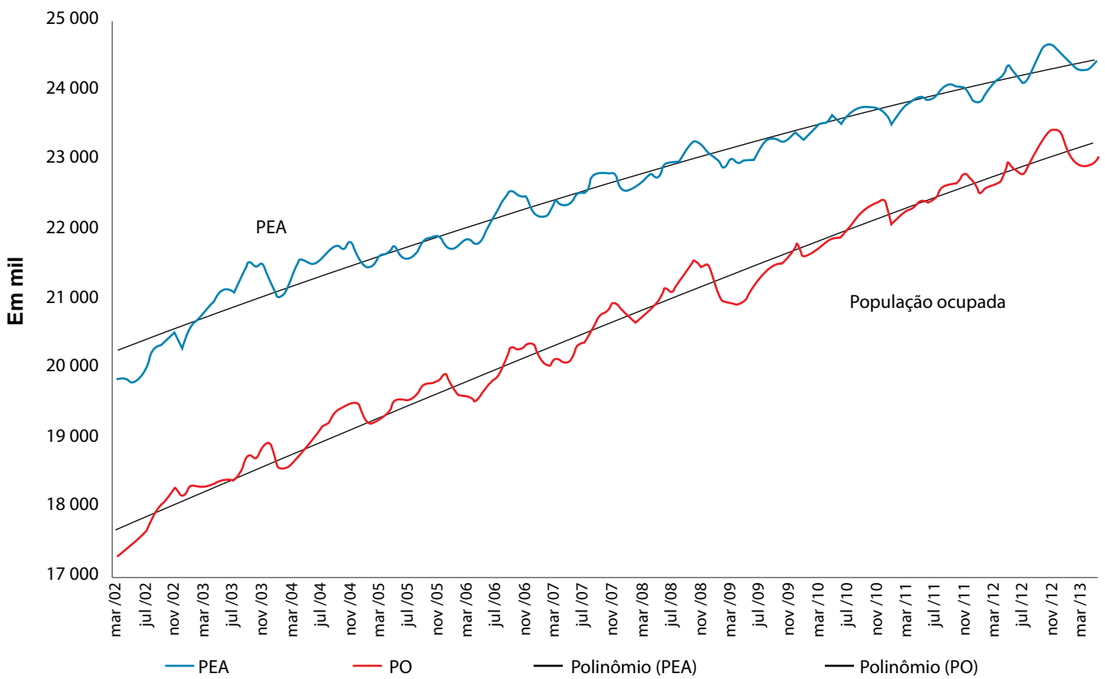


Fonte: IBGE. Pesquisa Mensal de Emprego – PME.

As diferenças regionais não se referem apenas à taxa de desemprego num determinado momento. Os gráficos a seguir revelam que há diferenças importantes nos padrões de evolução dos respectivos mercados de trabalho. Estes gráficos registram a evolução da População Economicamente Ativa (PEA) e da População Ocupada (PO) no conjunto das seis regiões e em cada uma delas isoladamente. Para o conjunto das seis regiões, o Gráfico 2 mostra que tanto a PEA quanto a PO têm crescido continuamente desde março de 2002[1].

A curva polinomial que representa a tendência de cada uma das variáveis tem concavidade claramente voltada para baixo, indicando taxas decrescentes de expansão tanto do emprego quanto da quantidade de trabalhadores. A região limitada pelas duas curvas representa a magnitude do desemprego, que claramente está diminuindo. No conjunto, o mercado de trabalho das seis regiões metropolitas apresenta um padrão que pode ser designado como expansão declinante (Gráfico 2).

GRÁFICO 2 – POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA (PEA) E POPULAÇÃO OCUPADA (PO) REGIÕES METROPOLITANAS – MARÇO/02 A MAIO/13

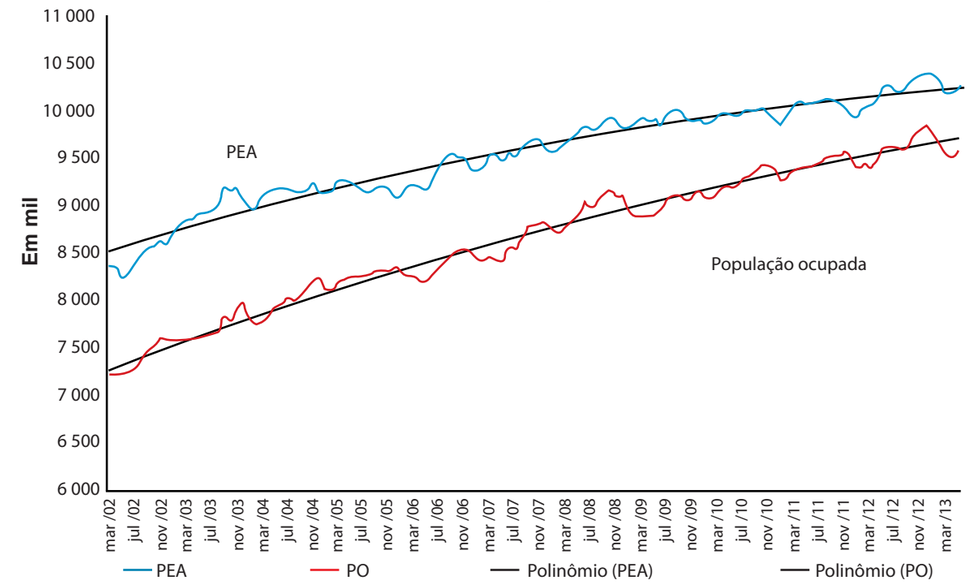


Fonte: IBGE. Pesquisa Mensal de Emprego – PME.

Este padrão é observado em duas das seis regiões: São Paulo e Salvador (Gráficos 3 e 4). O tamanho e o peso da região metropolitana paulista definem o padrão conjunto das seis regiões. Mas as outras quatro regiões têm comportamento distinto, que não é revelado quando se examina o conjunto das seis regiões. O peso de São Paulo encobre a existência de dois outros padrões. O primeiro deles pode ser designado de expansão acelerada, e ocorre no Rio de Janeiro e no Recife. Nestas duas regiões, a curva polinomial de tendência tem concavidade voltada para cima, indicando que as taxas de crescimento do emprego e da PEA são crescentes (Gráficos 5 e 6). Finalmente, as regiões de Porto Alegre e Belo Horizonte podem ser identificadas como de pleno emprego: nelas, o mercado cresce a taxas estáveis e a distância entre as duas curvas é pequena, refletindo as baixas taxas de desemprego (Gráficos 7 e 8).

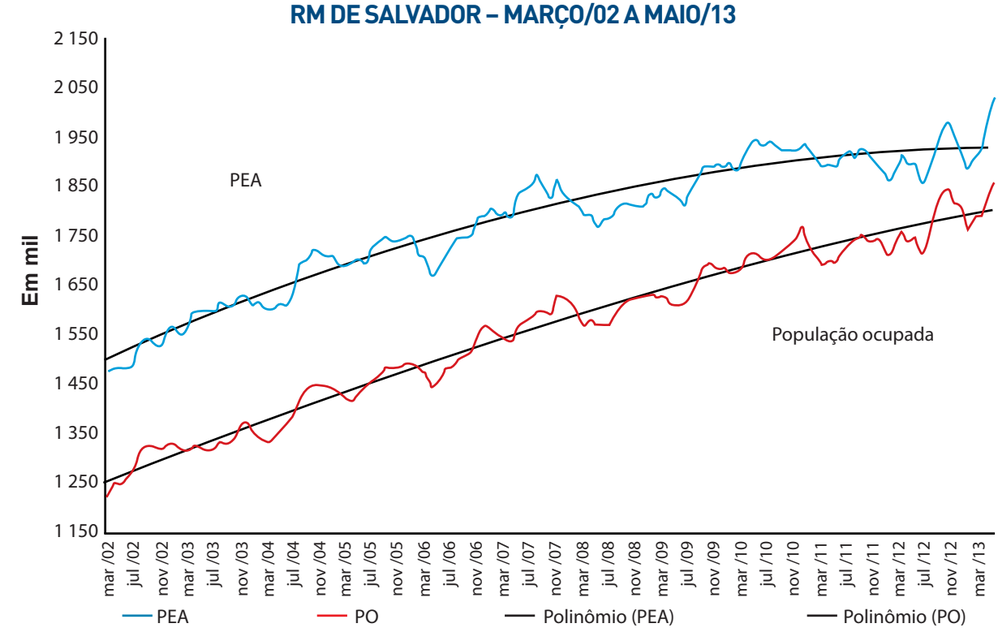
1. A série exibida neste artigo começa em março de 2002 porque neste mês o IBGE passou a utilizar uma nova metodologia na PME, fato que impossibilita comparações para períodos anteriores.

GRÁFICO 3 – POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA (PEA) E POPULAÇÃO OCUPADA (PO) RM DE SÃO PAULO – MARÇO/02 A MAIO/13



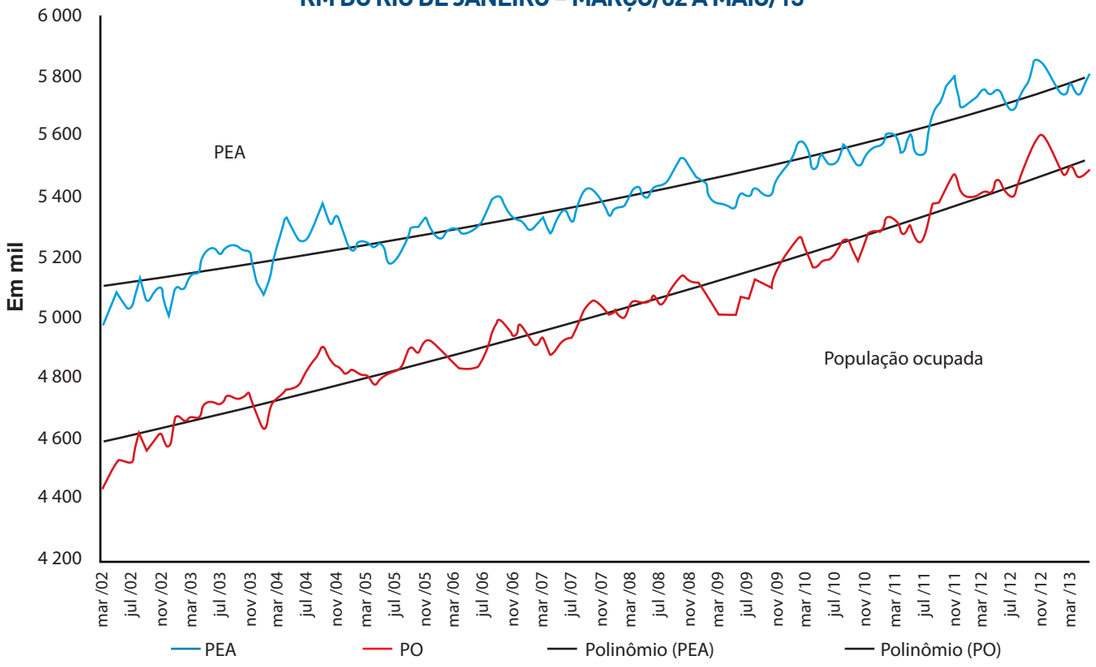
Fonte: IBGE. Pesquisa Mensal de Emprego – PME.

GRÁFICO 4 – POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA (PEA) E POPULAÇÃO OCUPADA (PO) RM DE SALVADOR – MARÇO/02 A MAIO/13



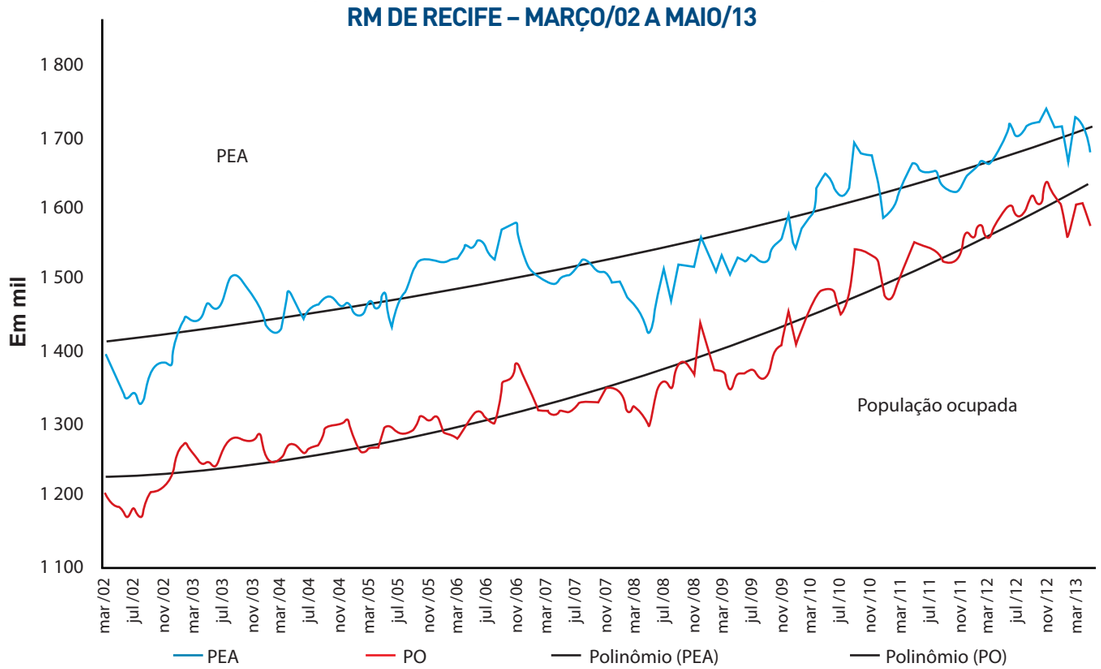
Fonte: IBGE. Pesquisa Mensal de Emprego – PME.

GRÁFICO 5 – POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA (PEA) E POPULAÇÃO OCUPADA (PO)
RM DO RIO DE JANEIRO – MARÇO/02 A MAIO/13



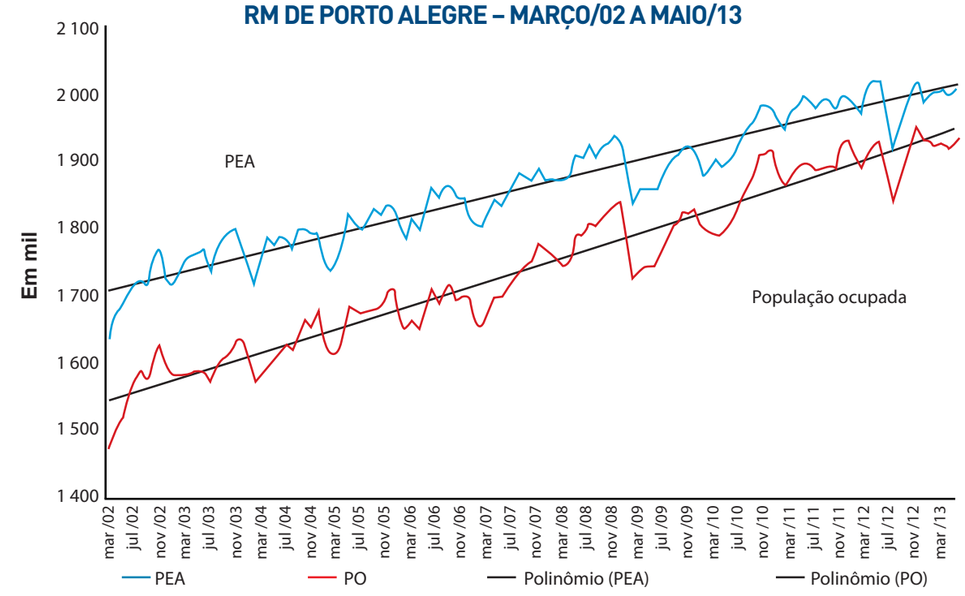
Fonte: IBGE. Pesquisa Mensal de Emprego – PME.

GRÁFICO 6 – POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA (PEA) E POPULAÇÃO OCUPADA (PO)
RM DE RECIFE – MARÇO/02 A MAIO/13



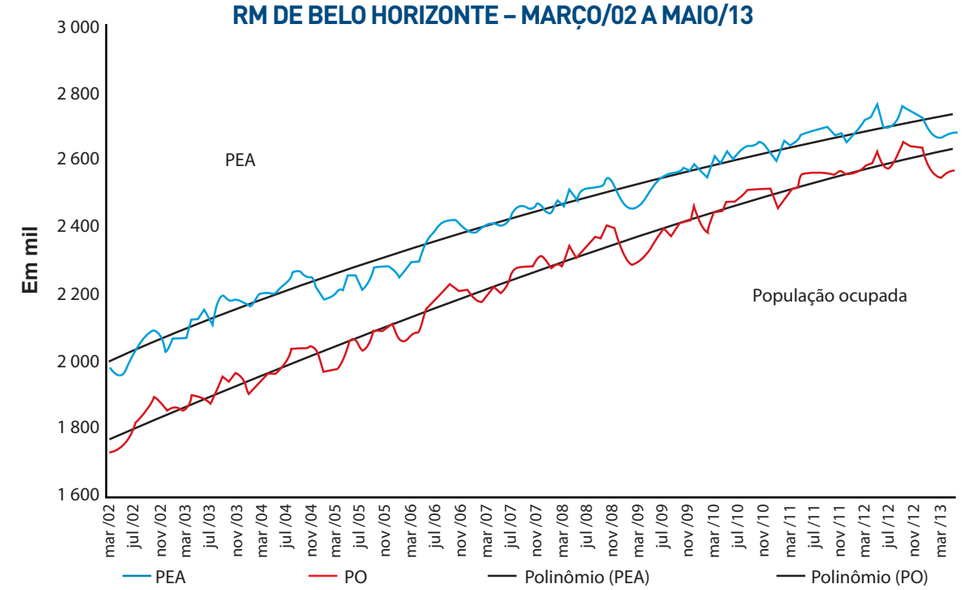
Fonte: IBGE. Pesquisa Mensal de Emprego – PME.

GRÁFICO 7 – POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA (PEA) E POPULAÇÃO OCUPADA (PO)
RM DE PORTO ALEGRE – MARÇO/02 A MAIO/13



Fonte: IBGE. Pesquisa Mensal de Emprego – PME.

GRÁFICO 8 – POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA (PEA) E POPULAÇÃO OCUPADA (PO)
RM DE BELO HORIZONTE – MARÇO/02 A MAIO/13



Fonte: IBGE. Pesquisa Mensal de Emprego – PME.

A PME mostra que o dinamismo do mercado de trabalho de quatro das seis regiões (Rio de Janeiro, Recife, Porto Alegre e Belo Horizonte) difere da tendência à acomodação das outras duas (São Paulo e Salvador). Resta saber até onde vai o "fôlego" de Rio de Janeiro, Recife, Porto Alegre e Belo Horizonte. Se as previsões de crescimento econômico modesto para os próximos meses se confirmarem, o padrão de expansão declinante de São Paulo e Salvador poderá contagiar as outras quatro regiões.

OPINIÃO ECONÔMICA

GUERRA FISCAL

GLOSA DE CRÉDITOS DE ICMS

JÚLIO PASCHOAL [1]

A omissão do Estado brasileiro no que tange a formulação de uma política nacional de desenvolvimento já na entrada da década de 1980, combinada com a edição na década anterior da Lei Complementar nº 024/75, fomentou a competição entre as unidades da federação no afã de não só atrair novos investimentos, como também, manter os que já se encontravam em seus espaços econômicos.

Não obstante a isto, se a necessidade de inserir de forma positiva no mercado global tem feito com que estas mesmas unidades órfãs da União em termos de políticas que de fato reduzam as desigualdades regionais e que promovam o desenvolvimento acabem, por si só, formulando programas de caráter regional que tenham como meta o alcance destas finalidades.

Neste sentido todas as unidades da federação criaram e modificaram suas políticas de incentivos e benefícios fiscais ora se beneficiando, ora em função da competição que é salutar no modelo capitalista tendo algum tipo de perda.

Como em tudo existe a ganância, o Estado de São Paulo, que nos últimos 80 anos se beneficiou de políticas desta natureza, provenientes da União e também de ordem local, não tem conseguido enxergar que o deslocamento principalmente de investimentos que contemplam a primeira fase do processo de industrialização a outras unidades menos dinâmicas lhe é favorável, uma vez que estas terão suas rendas ampliadas, podendo assim consumir bens e/ou serviços de maior valor agregado deste Estado.

1.Mestre em Desenvolvimento Econômico pela UFU-MG, conselheiro federal de Economia e chefe do gabinete Adjunto de Planejamento Qualidade do Gasto e Investimentos da Secretaria de Gestão e Planejamento do Estado de Goiás.

A farra dos tribunais superiores proferindo decisões diferentes sobre o mesmo assunto no campo tributário tem, por um lado, contribuído para a reconcentração de renda no Estado de São Paulo, que sempre usufruiu destas benesses e, por outro, contribuído para fragilizar ainda mais os marcos regulatórios que dão aos investidores segurança jurídica para movimentar de forma positiva seus recursos em busca de rentabilidade, mas também contribuindo para o desenvolvimento das economias onde se encontram presentes.

O resultado desta sucessão de erros históricos está no Produto Interno Bruto do país divulgado em 1º de março do ano em curso, crescemos 0,9% em 2012. A continuarem estes equívocos no ano que se inicia, deveremos ter resultado similar, uma vez que nossos maiores parceiros se encontram em crise, leiam-se países da zona do euro e porque não incluir nesta lista também os americanos, que apesar de tudo cresceram no ano que se encerrou 2,2%.

Já dizia o ministro Sepúlveda Pertence, que "inconstitucionalidades não se compensam" ou seja: o fato de ser inconstitucional um benefício unilateral não significa necessariamente que o contribuinte destinatário de mercadorias deva ter negado seu direito ao crédito.

A ministra Ellen Gracie também concedeu liminar acolhendo argumentos de que não seria possível ao Estado de destino restringir créditos apontados em notas fiscais, sob pena de violação de diversos dispositivos constitucionais.

Não menos importante, o atual presidente do Superior Tribunal Federal, ministro Joaquim Barbosa, reconheceu a repercussão geral da questão (RE nº 628.075/RS) dando causa ao direito do crédito concedido no Estado de origem.

Para corroborar com a tese, a ministra Rosa Weber, em importante precedente, reafirmou que o Estado de destino da mercadoria não pode glosar crédito em razão de benefício unilateral concedido por outro Estado, mesmo sem aprovação do Confaz.

Faz saber que Leandro Lopes Genaro (sênior da Divisão de Contencioso) recomenda aos contribuintes que verifiquem seus procedimentos de tomada e estorno de créditos decorrentes de Estados com incentivos e benefícios fiscais, ajuizando ação preventiva para evitar retaliações fiscais (glosa de créditos e acréscimos) ou ainda, aqueles que não tiveram créditos aprovados, que estudem a possibilidade de ingresso de medida judicial com o fim de resguardar referido direito.

> **"A OMISSÃO DO ESTADO NA FORMULAÇÃO DE UMA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO NA DÉCADA DE 1980 E A EDIÇÃO DA LEI COMPLEMENTAR Nº 024/75 FOMENTARAM A COMPETIÇÃO ENTRE OS ENTES FEDERATIVOS"**

Por fim e mostrando a inconsistência das decisões proferidas pelos ministros dos tribunais superiores pela diversidade de entendimentos que as leis e decretos proporcionam, decisões favoráveis ao Estado de São Paulo também foram proferidas, como a do último dia 3 de fevereiro pelo Superior Tribunal Federal, acolhendo por meio do CAT nº 36/04 (alerta os contribuintes para a possibilidade de terem seus créditos de ICMS glosados pela Sefaz-SP, nos casos em que a mercadoria tenha se beneficiado, no Estado de origem, de incentivos e benefícios fiscais, concedidos a revelia do Confaz) o aproveitamento de crédito nas condições mencionadas e negando a Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) 3350, ajuizada pelo governo do Amazonas, contra o comunicado 036/04, citado acima.

Para o ministro Gilmar Mendes, relator da matéria no Superior Tribunal Federal, não foi preciso julgar o mérito da (Adin) para ele trata-se de um instrumento para controle de atos normativos, que ferem a Constituição. Com esse julgado, segundo Clayton Eduardo Prado, chefe da Procuradoria Fiscal de São Paulo, a única forma de revisão da glosa de crédito será caso a caso, ou seja, cada empresa que se sentir prejudicada com a decisão superior terá que ajuizar uma ação judicial.

Acatando a sugestão do chefe da Procuradoria Fiscal de São Paulo, em matéria vinculada pelo *Valor Online*, o Sindicato Atacadista de Peças, Assessórios e Componentes para Veículos de São Paulo (Sicap) ajuizou ação e conseguiu junto ao Superior Tribunal Federal o direito de continuar utilizando decisão proferida pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo em 2007, de não se submeter ao CAT nº 036/04 da Fazenda de São Paulo. Com isso os créditos de ICMS, concedidos a seus membros por outros Estados que concedem também incentivos e benefícios fiscais, não podem ser glosados.

Diante do cenário e da diversidade de decisões a favor e contra, sugiro que as entidades civis representativas dos contribuintes que produzem ou mesmo distribuem seus produtos por Goiás, que façam o mesmo sob pena de se verem prejudicados e não poderem continuar contribuindo para que o Estado de Goiás continue a crescer acima da média nacional, atendendo na medida do possível as demandas crescentes de sua sociedade.

LIVROS

POR QUE AS NAÇÕES FRACASSAM

Autores: Daron Acemoglu e James Robinson
Editora Elsevier, 2012, 416 p.

O que distingue países ricos, como Estados Unidos, Alemanha e Inglaterra, de países pobres, como Sierra Leoa, Coreia do Norte e Zimbabwe, onde mais da metade da população vive na miséria?

De acordo com Daron Acemoglu e James Robinson, são as instituições políticas e econômicas que sustentam o êxito econômico das nações.

Ou seja, as raízes da pobreza não são apenas geográficas, climáticas, religiosas, étnicas ou culturais, mas, também, de caráter essencialmente político, decorrente de escolhas políticas e estratégicas equivocadas feitas no passado, pelas elites que tomaram o poder e não souberam entender os problemas econômicos dos países. Portanto, mais uma constatação de que pobreza não é imutável, mas sim uma questão de escolha política.

Essas são algumas das constatações a que chegaram os dois professores neste instigante livro.

DESENVOLVIMENTO ÀS AVESSAS

VERDADE, MÁ FÉ E ILUSÃO NO ATUAL MODELO BRASILEIRO DE DESENVOLVIMENTO

Autor: Reinaldo Gonçalves. Editora LTC, 2013, 220 p.

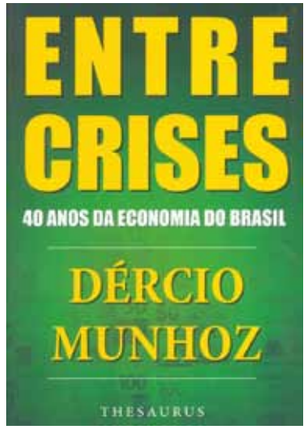
No início do século XXI as visões e análises sobre a economia e a sociedade no Brasil são, na sua maioria, incapazes de fazer a distinção entre pouca verdade, alguma má-fé e, principalmente, muita ilusão. Desmascarar o jogo de "aparência *versus* essência" ou "alegoria *versus* enredo" é o objetivo da análise apresentada neste livro a respeito do passado, presente e futuro do Brasil, particularmente no que se refere ao seu processo de desenvolvimento econômico.

O livro alerta que escolhas estão sendo feitas – verdadeiros erros estratégicos – e que estas escolhas seguem a linha de menor resistência. Esta linha pode ser denominada desenvolvimento às avessas, visto que ela desvia o país de qualquer trajetória futura de desenvolvimento econômico, social, político e institucional.

Esta linha começou com o governo FHC (1995-2002) e foi particularmente evidente no governo Lula (2003-10), com a consolidação do Modelo Liberal Periférico. Sob a aparência do desenvolvimento constituiu-se, de fato, a essência do retrocesso e se configurou uma trajetória de fraco desempenho, instabilidade e crise. Portanto, o desenvolvimento às avessas, com seus erros estratégicos, representa uma volta sombria ao passado e não uma marcha radiante para o futuro.

ENTRE CRISES - 40 ANOS DA ECONOMIA DO BRASIL

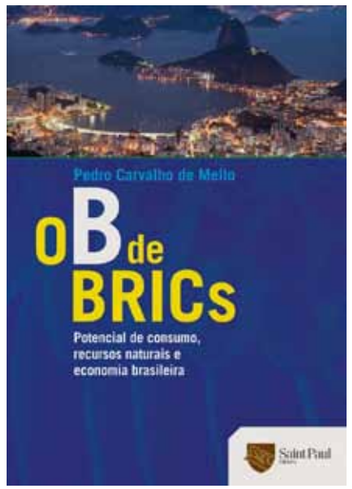
Autor: Dércio Munhoz
Editora Thesaurus, 2012, 384 p.



No momento em que o Brasil, por um lado, experimenta avanços socioeconômicos gerados pela decisão de apostar na retomada do crescimento após duas décadas e meia de estagnação e, por outro, ainda não escapou às armadilhas que impedem o país de alçar voo definitivo rumo ao desenvolvimento, é extremamente oportuna a publicação da obra do professor Dércio Munhoz.
"*Entre crises – 40 anos da economia do Brasil*", que reúne artigos produzidos desde o pós-guerra, brinda os leitores com o conhecimento e o rigor intelectual do autor, além de trazer um testemunho do que tem sido a história econômica nacional ao longo desse período.
É, portanto, leitura essencial não só a todos que buscam compreender os caminhos que nos trouxeram até aqui, mas também àqueles que lutam pelas mudanças necessárias à construção de uma nação próspera, soberana e justa, que ofereça condições dignas de vida à sua população.

O B DE BRICS – POTENCIAL DE CONSUMO, RECURSOS NATURAIS E A ECONOMIA BRASILEIRA

Autor: Pedro C. de Mello
Saint Paul Editora, 2012, 288 p.



O tema BRICs tem tido grande repercussão mundial, mas ainda existe pouco conhecimento quanto ao papel econômico do Brasil nesse bloco. *O B de BRICs – Potencial de consumo, recursos naturais e a economia brasileira* procura explorar as implicações para as próximas décadas do papel do Brasil como importante força de consumo. Como diferencial, o livro analisa as cinco grandes forças de um mercado doméstico: os padrões de consumo; a geografia econômica; a transição demográfica; a distribuição de renda; e o potencial de crescimento do PIB, além de avaliar o potencial de crescimento desse PIB.
Nessa perspectiva, o autor Pedro Carvalho de Mello conduz o leitor à percepção de que o Brasil deverá se apoiar em uma estratégia baseada nas vantagens comparativas de seus recursos naturais, procurando, em paralelo, desenvolver vantagens competitivas por meio da implantação de cadeias de produção que agreguem valor aos produtos primários. A obra também lista diversas áreas potenciais de negócios, com base, tanto no potencial de consumo, quanto no potencial de exportação de produtos oriundos de cadeias produtivas baseadas em recursos naturais.

O LIVRO DA ECONOMIA

Vários autores - Niall Kishtainy (coord.)
Globo Editora, 2013, 352 p.

Escrito em colaboração por seis respeitados economistas e historiadores sob a coordenação de Niall Kishtainy, o livro – que faz parte de uma coleção da Globo Editora que vem obtendo enorme sucesso editorial – consegue transformar a evolução do pensamento econômico num tema profundamente interessante, combinando textos objetivos e bem redigidos, uma linha do tempo muito bem elaborada, gráficos e esquemas de fácil compreensão, fotos e ilustrações escolhidas de forma oportuna, além de uma rápida biografia e de citações dos economistas apresentados ao longo do livro.
A cada novo capítulo, há um quadro inicial que busca fazer uma contextualização, indicando qual o foco do capítulo, seu principal pensador, quais os antecedentes e o que veio depois a respeito do tema. Consegue, com isso, atingir três objetivos difíceis de serem alcançados por outros livros da mesma natureza: 1º) fazer uma estreita conexão entre a história econômica e a história do pensamento econômico; 2º) mostrar eventuais relações entre a teoria econômica e a política econômica, ou seja, entre a economia teórica e a economia aplicada; e 3º) estabelecer, quando possível, conexão entre o passado e o presente, demonstrando que a história, quando bem ensinada, não é uma visita ao passado pelo passado, mas sim uma forma insubstituível de melhor compreender o presente.
Outro mérito do livro é de ser bastante atualizado, contemplando novas vertentes do pensamento econômico e linhas de pesquisa surgidas recentemente e, por essa razão, ainda não incluídas na esmagadora maioria dos livros disponíveis no mercado.

OS LIMITES DO POSSÍVEL: A ECONOMIA ALÉM DA CONJUNTURA

Autor: André Lara Resende
Portfolio-Penguin, 2013, 287 p.

O livro de André Lara Resende reúne textos produzidos para seminários apresentados na Casa das Garças (Iepe/CDG-RJ), artigos publicados no *Valor Econômico* e nas revistas *Piauí* e *Época Negócios*, além do depoimento feito por ele por ocasião do recebimento do título de Economista do Ano de 2006, outorgado pela Ordem dos Economistas do Brasil.
Combinando elegância, consistência teórica e erudição, o livro de Lara Resende divide-se em três partes. Na primeira, são abordados alguns temas de grande relevância neste início de século, com destaque para a relação entre o crescimento econômico e os limites físicos do planeta. A segunda parte, intitulada "A crise financeira de 2008", contém alguns dos mais lúcidos ensaios já produzidos a respeito do assunto, numa linguagem que torna possível sua compreensão inclusive por não especialistas. Neles, Lara Resende sustenta que a crise de 2008 foi algo bem mais profundo do que uma simples crise cíclica e argumenta que a excessiva formalização da teoria econômica – com o uso de métodos quantitativos aparentemente precisos e sofisticados – acabou tornando a teoria incapaz de refletir sobre a realidade e de prever adequadamente seu surgimento e impacto. A terceira parte é constituída de quatro ensaios, nos quais o economista focaliza temas em que é reconhecido como um dos grandes especialistas: a inflação e as altas taxas de juros que persistem na economia brasileira por longo período, mesmo depois da estabilização obtida com o Plano Real.

O Conselho Federal de Economia agradece aos economistas Antonio Eduardo Poleti e Carlos Roberto de Castro o envio das resenhas.

RELAÇÃO DOS CORECONs

CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA - 1ª REGIÃO - RJ

Endereço: Av. Rio Branco, 109,16º e 19º andares - Centro
Cidade: Rio de Janeiro – RJ
CEP: 20.040-906
Telefone: (21) 2103-0178
Fax: (21) 2103 -0106
Presidente: Sidney Pascoutto da Rocha
Vice-Presidente: Edson Peterli Guimarães
Secretário Executivo: Wellington Leonardo da Silva
Site: www.corecon-rj.org.br

CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA - 2ª REGIÃO - SP

Endereço: Rua Líbero Badaró, 425, Ed. Grande São Paulo, 14º andar - Centro
Cidade: São Paulo – SP
CEP: 01009-905
Telefone: (11) 3291-8700 (Geral)
Fax: (11) 3291-8701
Presidente: Manuel Enriquez Garcia
Vice-Presidente: Afonso Arthur Neves Baptista
Site: www.coreconsp.org.br

CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA - 3ª REGIÃO - PE

Endereço: Rua do Riachuelo, 105, Ed. Círculo Católico, sala 208 Boa Vista
Cidade: Recife – PE
CEP: 50050-400
Telefone: (81) 3222-0758 / 3221-2473
Fax: (81) 3222-0758
Presidente: Fernando de Aquino Fonseca Neto
Vice-Presidente: José Carlos Neves de Andrade
Secretária Executiva: Adriana Araújo
Site: www.corecon-pe.org.br

CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA - 4ª REGIÃO - RS

Endereço: Rua Siqueira Campos, 1.184, Conj 601-606, 6º andar - Centro
Cidade: Porto Alegre – RS
CEP: 90010-001
Telefone: (51) 3254-2600 (Geral)
Presidente: Leandro Antônio de Lemos
Vice-Presidente: Everton André Batista Lopes
Secretária Executiva: Helena Edi Cruz
Site: www.coreconrs.org.br

CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA - 5ª REGIÃO - BA

Endereço: Rua Frederico Simões, 98, Ed. Advanced Trade Center, sala 505, Caminho das Árvores - Pituba
Cidade: Salvador – BA
CEP: 41820-774
Telefone/fax: (71) 3341-1597 / 3341-2764 / 3341-2770
Presidente: Marcelo José dos Santos
Vice-Presidente: Carlos Rodolfo Lujan Franco
Secretário Executivo: Bruno Pires Sacramento
Site: www.corecon-ba.org.br

CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA - 6ª REGIÃO - PR

Endereço: Rua Professora Rosa Saporski, nº 989 - Mercês
Cidade: Curitiba – PR
CEP: 80.810-120
Telefone: (41) 3336-0701
Fax: (41) 3336-0701
Presidente: Carlos Alberto Gandolfo
Vice-Presidente: Celso Machado
Secretário Executivo: Amarildo de Souza Santos
Site: www.corecon-pr.org.br

CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA - 7ª REGIÃO - SC

Endereço: Rua Trajano, 265, 12º andar - Centro
Cidade: Florianópolis – SC
CEP: 88.010-010
Telefone: (48) 3222-1979
Fax: (48) 3222-1979
Presidente: Waldemar Bornhausen Neto
Vice-Presidente: Nelci Moreira de Barros
Gerente: Rodrigo Nivaldo Martins (Gerente)
Site: www.corecon-sc.org.br

CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA - 8ª REGIÃO - CE

Endereço: Avenida Antônio Sales, 1.317, salas 06 / 08, Ed. Nordeste Center - Bairro Joaquim da Távora
Cidade: Fortaleza – CE
CEP: 60.135-100
Telefone: (85) 3246-1551
Fax: (85) 3224-8162
Presidente: Henrique Jorge Medeiros Marinho
Vice-Presidente: Allisson David de Oliveira Martins
Superintendente: Mirian Pinheiro Pessoa de Andrade
Site: www.corecon-ce.org.br

CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA - 9ª REGIÃO - PA

Endereço: Rua Jerônimo Pimentel, 918 - Umarizal
Cidade: Belém – PA
CEP: 66.055-000
Telefone: (91) 3223-1988
Fax: (91) 3242-0207
Presidente: Rosivaldo Batista
Vice-Presidente: Nélio Geraldo Bordalo Filho
Secretário Executivo: Marco Antônio Barbosa da Costa
Site: www.coreconpara.org.br

CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA - 10ª REGIÃO - MG

Endereço: Rua Paraíba, 777 - Funcionários
Cidade: Belo Horizonte – MG
CEP: 30.130-140
Telefone: (31) 3261-5806
Fax: (31) 3261-8127
Presidente: Cláudio Gontijo
Vice-Presidente: Fabrício Augusto de Oliveira
Gerente Executivo: Antônio de Pádua Ubirajara e Silva
Site: www.portaldoeconomista.org.br

CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA - 11ª REGIÃO - DF

Endereço: Setor Comercial Sul, Quadra 4, Bloco A, sala 202, Edifício Embaixador
Cidade: Brasília – DF
CEP: 70.300-907
Telefone: (61) 3964-8366 / 3223-1429 / 3225-9242
Fax: (61) 3964-8364
Presidente: Carlos Eduardo de Freitas
Vice-Presidente: Carlito Roberto Zanetti
Gerente: Angeilton Francisco Lima Faleiro
Site: www.corecondf.org.br

CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA - 12ª REGIÃO - AL

Endereço: Rua Dias Cabral, 165, 1º andar - Centro
Cidade: Maceió – AL
CEP: 57.020-250
Telefone: (82) 3221-3850
Presidente: Marcos Antônio Moreira Calheiros
Vice-Presidente: Maurílio Procópio Gomes
Gerente Executivo: Divaldo Coutinho
Site: www.corecon-al.org.br

CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA - 13ª REGIÃO - AM

Endereço: Rua Leonardo Malcher, 768 - Centro
Cidade: Manaus – AM
CEP: 69.010-170
Telefone: (92) 3234-2421 / 3622-7880 / 3622-2826
Fax: (92) 3234-2421
Presidente: Marcus Anselmo da Cunha Evangelista
Vice-Presidente: Nelson Azevedo dos Santos
Gerente Executiva: Albertina Santana
Site: www.corecon-am.org.br

CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA - 14ª REGIÃO - MT

Endereço: Rua 6, Quadra 11, Lote 2 - Palácio Paiaguás
Cidade: Cuiabá – MT
CEP: 78.049-045
Telefone: (65) 3644-1607
Presidente: Aurelino Levy Dias de Campos
Vice-Presidente: Ernani Lúcio Pinto de Souza
Gerente Executiva: Tianna P. Monteiro da Silva
Site: www.corecon-mt.org.br

CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA - 15ª REGIÃO - MA

Endereço: Av. Jerônimo de Albuquerque, s/ nº, Casa do Trabalhador, sala 104 - Calhau
Cidade: São Luís – MA
CEP: 65.074-220
Telefone: (98) 3236-5376
Fax: (98) 3246-1784
Presidente: Luiz Augusto Lopes Espindola
Vice-Presidente: Eduardo Cássio Beckman Gomes
Gerente Executiva: Marlene Costa Luz
Site: www.corecon-ma.org.br

CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA - 16ª REGIÃO - SE

Endereço: Rua Duque de Caxias, 398 - São José
Cidade: Aracaju – SE
CEP: 49.015-320
Telefone: (79) 3214-1883 / 3214-0173
Fax: (79) 3211-7826
Presidente: Hermany Machado Ferreira
Vice-Presidente: Israel Schuster
Secretária Executiva : Artemisa Ribeiro Batista
Site: www.corecon-se.org.br

CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA - 17ª REGIÃO - ES

Endereço: Rua Alberto de Oliveira Santos, 42, sl. 1903/1904 - Centro
Cidade: Vitória – ES
CEP: 29.010-250
Telefone: (27) 3222-1985 / 3233-0618
Presidente: José Antônio Alves Resende
Vice-Presidente: Tyago Ribeiro Hoffmann
Gerente Executiva: Josiane Gonçalves da Silva Tavares
Site: www.corecones.com.br

CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA - 18ª REGIÃO - GO

Endereço: Av. 86, nº 617 - Setor Sul
Cidade: Goiânia – GO
CEP: 74.083-330
Telefone/fax: (62) 3218-3311
Presidente: Alen Rodrigues de Oliveira
Vice-Presidente: Antônio Eurípedes de Lima
Secretária Executiva: Maria Paula Badra
Site: www.corecon-go.org.br

CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA - 19ª REGIÃO - RN

Endereço: Rua Princesa Isabel, 815 - Cidade Alta
Cidade: Natal – RN
CEP: 59.025-400
Telefone: (84) 3201-1005 / 3201-1655
Fax: (84) 3201-1655
Presidente: Airton Soares Costa
Vice-Presidente: Celso Arnaldo de Medeiros
Gerente Executiva: Maria Maíza de Paiva Costa
Site: www.corecon-rn.org.br

CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA - 20ª REGIÃO - MS

Endereço: Rua Dr. Arthur Jorge, 2.437 - Monte Castelo
Cidade: Campo Grande – MS
CEP: 79.010-210
Telefone: (67) 3356-4796
Fax: (67) 3356-7405
Presidente: Ricardo José Senna
Vice-Presidente: Jorge Tadeu de Barros Veneza
Gerente Executiva: Rosires Aparecida Bastos Gomes
Site: www.coreconms.org.br

RELAÇÃO DOS CORECONs

CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA - 21ª REGIÃO - PB

Endereço: Avenida Epitácio Pessoa, 2.491, sala 04, 1º andar
Bairro dos Estados
Cidade: João Pessoa – PB
CEP: 58030-002
Telefone/fax: (83) 3241-1089
Presidente: Celso Pinto Mangueira
Vice-Presidente: João Bosco Ferraz de Oliveira
Gerente Executivo: Thales Batista da Silva
Site: www.corecon-pb.org.br

CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA - 22ª REGIÃO - PI

Endereço: Rua Felix Pacheco, 1.680 - Centro
Cidade: Teresina – PI
CEP: 64.001-160
Telefone: (86) 3221-7337
Fax: (86) 3221-0169
Presidente: Francisco José de Sousa
Vice-Presidente: Teresinha de Jesus Ferreira da Silva
Secretária Executiva: Maria do Espírito S. Gonçalves de Oliveira Silva
Site: www.corecon-pi.org.br

CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA - 23ª REGIÃO - AC

Endereço: Av Ceará, 3.201, 1º piso - Alto da Convel Abraão Alab
Cidade: Rio Branco – AC
CEP: 69.907-000
Telefone: (68) 3227-3490
Presidente: José Idalécio de Sousa Galvão
Vice-Presidente: Lucas Araújo Carvalho
Secretária Executiva: Melre Daianne Gomes do Vale
Site: www.corecon-ac.org.br

CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA - 24ª REGIÃO - RO

Endereço: Av. Calama, 2.300, Sala 14, Galeria Garden
Bairro São João Bosco
Cidade: Porto Velho – RO
CEP: 78.803-769
Telefone/fax: (69) 3224-1452
Presidente: Bianca Lopes de Andrade Rodrigues
Vice-Presidente: Liduino Cunha
Secretária Executiva: Sirlene Rocha de Melo
Site: www.corecon-ro.org.br

CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA - 25ª REGIÃO - TO

Endereço: Quadra 104 Sul com AV LO 01 - Conjunto 4, lote 12, Sala 107
Cidade: Palmas – TO
CEP: 77020-020
Telefone: (63) 3215-8660
Presidente: Francisco Viana Cruz
Vice-Presidente: Vilmar Carneiro Wanderley
Secretária Executiva: Keitiane Morais Xavier Krambeck
Site: www.corecon-to.org.br

CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA - 26ª REGIÃO - AP

Endereço: Rua Manoel Eudóxio Pereira, 826, sala B (Altos)
Santa Rita
Cidade: Macapá – AP
CEP: 68.908-123
Telefone/fax: (96) 3225-1323
Presidente: Alberto Jorge de Oliveira
Vice-Presidente: Vanderci de Oliveira Firmino
Secretária Executiva: Dayane Valadares Amorim
e-mail: corecon-ap@coreconamapa.org.br

CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA - 27ª REGIÃO - RR

Endereço: Avenida Major Williams, nº 2.108 - Bairro São Francisco
Cidade: Boa Vista – RR
CEP: 69.301-110
Telefone/fax: (96) 3624-1517 / (95) 9148-2666 / (95) 8124-7011
Presidente: Marcio Sales de Sousa
Vice-Presidente: Mara Ryan A. de Almeida
Secretária Executiva: Diana Kelly Cassiano Marozini

www.cofecon.org.br
Setor Comercial Sul, Quadra 02,
Bloco B, sala 501
Edifício Palácio do Comércio
CEP: 70318-900 Brasília/DF
Tel:(61) 3208-1800
Fax:(61) 3208-1814